

LIVROS E BIBLIOTECAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Resumo: Uma sistematização de reflexões sobre patrimônio bibliográfico surgidas da prática profissional através de estudo exploratório com enfoque qualitativo, com apoio de pesquisa bibliográfica, combinada com observação e análise de exemplos dos acervos da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP e da Biblioteca do TRF3. Inicialmente, o conceito de patrimônio bibliográfico é analisado a partir de textos legais e da literatura. Passa-se à discussão da visão do patrimônio bibliográfico e documental como uma grande zona cinzenta, que representa a indefinição, lacunas e incompletude do conceito de patrimônio bibliográfico e documental. Aborda os aspectos da raridade absoluta e raridade relativa, os critérios de recorte cronológico, de valoração cultural e de análise das marcas de proveniência bibliográfica, a memória institucional, a literatura cinzenta, a organização do conhecimento, as instituições de custódia e os níveis de memória, tratamento e descrição. Evidencia a múltipla função dos livros e bibliotecas e destaca a importância do contexto onde itens, coleções e bibliotecas estão inseridos para análise do patrimônio bibliográfico.

Palavras-chave: Patrimônio bibliográfico. Níveis de memória. Critérios de raridade.

Luciana Maria Napoleone
Especialista em Data Science e
Analytics
TRF3-SP
orcid 0000-0003-4188-0430
lunapoleone@gmail.com

Maria Lucia Beffa
Mestre em Direitos Autorais
USP
orcid 0000-0002-8709-995X
beffa@usp.br

BOOKS AND LIBRARIES AS CULTURAL HERITAGE

Abstract A systematization of reflections on bibliographic heritage arising from professional practice through an exploratory study with a qualitative approach, supported by bibliographic research, combined with observation and analysis of examples from the collections of the USP Law School Library and the TRF3 Library. Initially, the concept of bibliographic heritage is analyzed from legal texts and literature. We then discuss the view of bibliographic and documentary heritage as a large gray area, which represents the indefiniteness, gaps and incompleteness of the concept of bibliographic and documentary heritage. It addresses aspects of absolute rarity and relative rarity, criteria of chronological cut, cultural valuation and analysis of marks of bibliographic provenance, institutional memory, gray literature, organization of knowledge, custody institutions and levels of memory, treatment and description. It highlights the multiple function of books and libraries and highlights the importance of the context where items, collections and libraries are inserted for the analysis of bibliographic heritage.

Keywords: Bibliographic heritage. Memory levels. Rarity criteria.

1 INTRODUÇÃO

The book is a hugely pervasive image in western culture. [...]. An image of writers and scholars presenting their books to rulers and saints, conveying a sense of completion of worthwhile work and transfer of wisdom, was an enduring one throughout the medieval and early morning period [...]. Countless saints, statesmen, clerics and writers have had their portraits painted with books in their hands or in the background; many universities include books within their coats of arms. A lawyer's office will be full of books not just because they are working tools, but because they create a desired image. Politicians, when interviewed on television, regularly choose to do so with shelves of books as a backdrop. People like to be represented in association with books; it lends them an air of seriousness and knowledge. (PEARSON, 2011, p. 27).

A afirmação de Pearson foi escolhida para introduzir um tema de fácil aceitação em ambientes acadêmicos e profissionais, e mesmo dentro do senso comum: livros são expressão de sabedoria e refinamento, suporte de transferência de ideias e de conhecimento, símbolo de prestígio e distinção. Assim, considerar livros e bibliotecas como patrimônio cultural é igualmente uma afirmação que não encontra resistência. Ao longo de sua história, as bibliotecas vêm sendo o destino natural tanto de publicações recentes, quanto de coleções particulares de intelectuais, professores, políticos, escritores, personalidades de diversas áreas, acolhendo estudos, pesquisas, literatura, registros das mais variadas finalidades e temas, guardiã da memória e do saber nos diversos espaços e instituições em que se encontram. Não raro são custodiantes de coleções reconhecidamente patrimoniais, ao lado de arquivos e museus, centros de documentação e de memória. Na prática, entretanto, a preservação e tratamento de coleções de livros e das próprias bibliotecas como patrimônio cultural esbarra em dificuldades e indefinições, e as bibliotecas experimentam uma condição de eterno devir, suspensas num estrato indefinido e enevado do patrimônio.

Os múltiplos sentidos do patrimônio cultural, seus muitos suportes e manifestações bem como a conexão e interação entre eles, são necessariamente levados em conta para as reflexões que se propõem no tocante ao patrimônio bibliográfico. Patrimônio esse que tem nos livros e bibliotecas sua máxima expressão, e são dotados de particularidades e desafios específicos a serem devidamente tratados. A título exemplificativo, uma reflexão a respeito dos critérios de seleção do Programa Memória do Mundo da UNESCO no tocante à sua aplicação a livros e bibliotecas analisou os patrimônios latinoamericanos no registro

internacional do Programa até 2016, totalizando 60 patrimônios, com pouquíssimos constituídos exclusivamente por livros e bibliotecas (BEFFA; NAPOLEONE, 2017). Embora o tema pareça pacificado e suficientemente contemplado em algumas esferas profissionais, das bibliotecas custodiais ou patrimoniais, na prática ainda promete muitos estudos e pesquisas. Ao fazer um contraponto com os arquivos, Cabral (2009, p 15-16) explicita este raciocínio:

Mas, e as bibliotecas? A importância destas é, quanto a nós, de outra natureza. A matéria-prima aí reunida representa uma fase posterior neste percurso. Um impresso pode ser um original mas nunca exhibe a espontaneidade de um manuscrito; cada um possui valor informativo embora de diferentes graus. Nas bibliotecas reúnem-se as obras acabadas, produtos reveladores duma cultura que, em si própria, é prova real de uma identidade de dum percurso concluído. Na sua realização plena, a tríade autor-texto-objecto de Roger Chartier (1997). [...] Nesta linha de pensamento, as bibliotecas aproximam-se muito dos museus: as coleções vão-se enriquecendo em função de escolhas a posteriori enquanto nos arquivos, a intervenção humana no esculpir do seu perfil é muito menor. Associando, por um lado, uma abordagem ao patrimônio e à memória de caráter mais historiográfico a, por outro lado, um outra mais antropológico, talvez se encontre a explicação para os caminhos divergentes que arquivos e bibliotecas seguiram.

Com o objetivo de sistematizar reflexões sobre o tema, surgidas da prática profissional, e introduzir aspectos de análise considerados relevantes, foi adotado o estudo exploratório com enfoque qualitativo, com o apoio de pesquisa bibliográfica, não exaustiva, combinada com a observação e análise de exemplos dos acervos da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP e da Biblioteca do TRF3. Ainda que sem a pretensão de esgotar o tema, o trabalho foi pautado em nomes de referência para o assunto tratado. Vislumbra-se com ele ampliar a discussão para o patrimônio bibliográfico com valor para o ensino, cultura e história do livro, além de se conectar com outros interlocutores.

Embora custodiado em muitas instituições como museus e arquivos, o recorte para a análise do tema patrimônio bibliográfico será feito para o objeto livro e para a instituição biblioteca. O afunilamento de análise não perde de vista as outras manifestações de patrimônio cultural, mas antes se propõe a abordar detalhes e aspectos que são peculiares ao livro e à biblioteca.

As inferências da relação patrimônio com marcas de proveniência são feitas ao longo do texto, uma vez que as marcas de proveniência bibliográfica são elementos que distinguem

um exemplar de outro, colaboram sensivelmente na configuração de uma coleção como patrimônio bibliográfico. Assim, sempre que se considera patrimônio bibliográfico, as marcas de proveniência estão presentes.

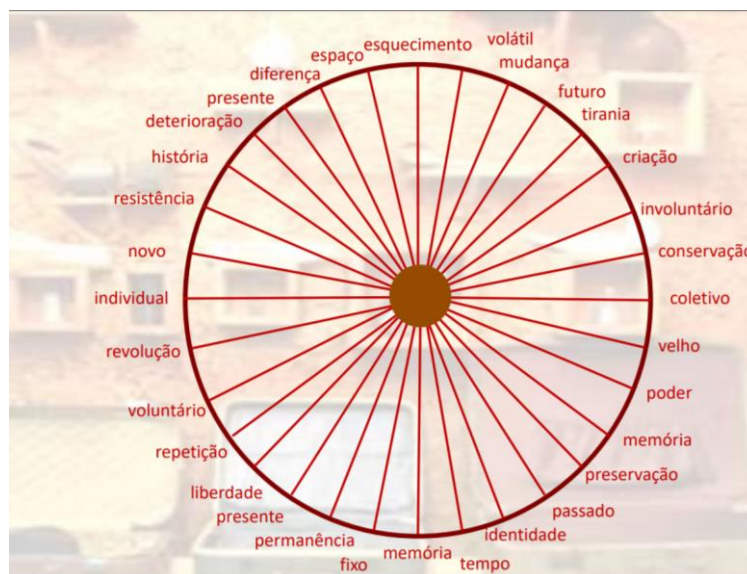
Evidenciar a múltipla função dos livros e bibliotecas é um aspecto fundamental para um entendimento mais completo no âmbito do patrimônio cultural: são fontes de informação para ensino e pesquisa; são lugares de memória e espaços de custódia; a biblioteca é local de preservação e armazenamento de patrimônio documental em suportes diversos; e pelo conjunto são a expressão, em si mesmos, do patrimônio cultural, mais especificamente, do patrimônio bibliográfico. As funções coexistem naturalmente e, com frequência, podem ganhar cores mais fortes num ou noutro aspecto.

As instituições que custodiam o patrimônio bibliográfico têm a responsabilidade e dever de preservar, organizar e disseminar o conjunto sob sua guarda, em consonância com a comunidade envolvida. Neste diapasão, Pedraza Gracia (2014, p. 44) afirma que o patrimônio bibliográfico “pertenece a un pueblo que tiene todo el derecho de conocerlo y el deber de protegerlo”, caso isto não ocorra está se furtando a oportunidade das gerações futuras ao acesso a um conhecimento e patrimônio que é de todos por direito.

Patrimônio cultural supõe escolha, o que se preserva e o que não será preservado. À tensão da escolha, acrescenta-se o temor da perda. As incertezas estão sempre presentes nas mais diversas partes do mundo, inclusive em lugares, muitas vezes, tidos como referência. Para Chartier (2014, p. 49) um “temor contraditório habitava a Europa moderna e ainda nos atormenta. Por um lado, há medo de uma proliferação incontrolada de obras escritas, as pilhas de livros inúteis, a desordem do discurso. Por outro lado, há um medo de perda, de ausência e de esquecimento.” Ambas situações, a proliferação incontrolada e a perda, são sensíveis, pois nesta proliferação de impressos ou digitais ficamos numa linha muito tênue de selecionar, organizar e preservar, ou seja, definir e decidir o que é relevante para distinguir como patrimônio bibliográfico.

A complexidade do tema do patrimônio cultural e das instituições custodiantes foi traduzida por Chagas (2021) numa roda com elementos opostos e complementares, com suas mais diversas facetas.

Figura 1 -Roda de aspectos presentes no patrimônio cultural



Fonte: Chagas (2021).

Azevedo (2021) coloca discussão no mesmo sentido em se tratando do patrimônio bibliográfico:

Somos seres políticos e como qualquer pessoa envolvida com bibliotecas neste país deveria ampliar suas consciências sobre isto. O livro, a biblioteca, a leitura, ainda hoje, do mesmo modo que há séculos na sociedade ocidental, incomodam, assustam, em si e, mais ainda, a partir de quem/onde foram produzidos e/ou pertenceram. Assim, além de um debate mais vertical acerca dos conceitos, como já vimos aqui, é premente a reflexão sobre quem e por que as escolhas existem (AZEVEDO, 2021, v. 2, p. 216-217).

Olhando para esta complexa, mas instigante seara, que é a reflexão sobre patrimônio bibliográfico, pensar sobre o assunto é desafiador, porém necessário. Especialmente no caso brasileiro, um país novo em face de outros, com uma indústria e comércio editorial ainda mais jovem e políticas públicas para livros, leitura, literatura e biblioteca sujeitos à descontinuidade e à fragilidade institucional.

2 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: À PROCURA DE UM CONCEITO

Na última década, o patrimônio bibliográfico ganhou espaço nas discussões profissionais e acadêmicas, e na literatura da área. Já o patrimônio documental, que abrange uma amplitude maior de tipos e suportes de patrimônio, vem sendo discutido há três décadas,

desde a implementação do Programa Memória do Mundo da UNESCO em 1992, e teve seu conceito consolidado na Recomendação relativa à preservação do patrimônio documental, de 17.11.2015, proposta elaborada a partir da noção de bens culturais móveis. A expressão do conceito numa norma internacional é de fundamental importância para sua valorização, consolidação e incorporação pelas instituições de memória.

El patrimonio documental comprende los documentos o grupos de documentos de valor significativo y duradero para una comunidad, una cultura, un país o para la humanidad en general, y cuyo deterioro o pérdida supondrían un empobrecimiento perjudicial. Es posible que el carácter significativo de este patrimonio solamente se evidencie con el paso del tiempo.

El patrimonio documental del mundo tiene una importancia global y es responsabilidad de todos, y debería ser plenamente preservado y protegido para todos, teniendo debidamente en cuenta y reconociendo los hábitos y prácticas culturales. [...]

Es un medio para entender la historia social, política y colectiva, así como personal, y puede contribuir a constituir la base de la buena gobernanza y el desarrollo sostenible. Para cada estado, su patrimonio documental refleja su memoria e identidad y contribuye así a determinar su lugar en la comunidad mundial. (UNESCO, 2015).

As questões acima encontram consonância com as palavras de Jaramillo e Marin-Agudelo (2014, p. 426):

Los libros y textos impresos constituyen el patrimonio bibliográfico, el cual forma parte de un conjunto más amplio de objetos que tienen como característica esencial una inscripción de datos. Ellos son el resultado material de las prácticas de la cultura escrita, al que en conjunto llamamos patrimonio documental. Es decir, el patrimonio documental es mucho más amplio que los textos, libros impresos y manuscritos, y los escritos creados en razón de una actividad cualquiera como son los documentos de archivo, e incluye cualquier objeto que lleve una inscripción o mensaje desde una perspectiva antropológica, como por ejemplo los objetos de los museos.

Alguns países como Espanha, Portugal e França, seguiram aprimorando suas legislações para regular o assunto conforme recomendações da UNESCO e definiram nas leis internas o que legalmente deve ser preservado, inclusive, o patrimônio bibliográfico. Portugal criou uma Lei com o mesmo fim. Trata-se da Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001, ou *Lei de Bases do Patrimônio Cultural*. O artigo 85, 1, define o que está entendido como patrimônio bibliográfico, ou seja, “Integram o patrimônio bibliográfico as espécies, coleções e fundos bibliográficos que se encontrem, a qualquer título, na posse de pessoas colectivas públicas, independentemente da data em que foram produzidos ou reunidos, bem como as coleções e espólios literários.” No caso da Espanha, foi dedicada uma Lei para regular sobre seu patrimônio histórico, a Lei nº 16, de 25 de junho de 1985. No Título VII, Capítulo I, trata especificamente do patrimônio documental e bibliográfico. No artigo 49, inciso 1, define o que compreende o patrimônio bibliográfico espanhol. Há também, dois recortes temporais, um considerando os documentos de entidades e associações com mais de 40 anos e outro para documentos de entidades particulares e pessoas físicas com mais de 100 anos, ambos para documentos gerados, conservados ou reunidos. O artigo 50 está dedicado ao patrimônio bibliográfico das bibliotecas e coleções bibliográficas de titularidades públicas, entre outros tipos de documentos. Outro ponto da Lei é atribuir ao Estado o poder de declarar patrimônio documental mesmo sem a antiguidade indicada no texto da Lei mas que mereçam consideração.

Na literatura nacional, Santos e Reis (2018) realizaram um estudo da evolução da legislação e instrumentos de proteção jurídica do patrimônio bibliográfico no Brasil e, por ausência de um conceito amplamente aceito ou consolidado, apresentaram um conceito elaborado em decorrência da pesquisa realizada:

[...] conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência), cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e a memória deste País ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território. Também integram o patrimônio bibliográfico nacional as criações impressas que tratam do Brasil, elaboradas neste País por autores estrangeiros e publicadas no exterior, bem como as criações impressas de origem estrangeiras, incorporadas aos acervos das primeiras bibliotecas brasileiras, que colaboraram diretamente para o desenvolvimento intelectual desta nação.

No mesmo sentido, num movimento de aproximação sucessiva para o seu entendimento, alguns estudos apontaram lacunas na conceituação e inclusão no ordenamento jurídico nacional e em convenções internacionais bem como as consequências na gestão e preservação de acervos histórico-culturais (BEFFA et al., 2016; BEFFA; NAPOLEONE, 2017, 2018). Recentemente, Azevedo (2021, v. 2, p. 216-217) realizou uma revisão de literatura e comprovou as premissas do seu trabalho: 1) “A falta de clareza conceitual pode levar a equívocos perigosos e excludentes no âmbito do patrimônio”; 2) “Associar “Patrimônio Bibliográfico” com livro antigo e livro raro tem sido um conflitante”; 3) “A legislação brasileira ao usar esses conceitos deixa brechas que excluem as edições contemporâneas”. O estudo concluiu a necessidade de aprofundamento de estudos conceituais, terminológicos e epistêmicos, a estreita inter-relação das premissas e consequentemente o pouco estímulo ao estudo do patrimônio local.

A ausência de um conceito consolidado faz com que as discussões geralmente voltem para o livro raro, aquele que universalmente já é aceito, ou o livro trazido de fora ou ainda com olhar sob os critérios da Biblioteca Nacional. Alguns estudos dão pistas para que um conceito possa abarcar as vertentes além do livro raro, pautado na antiguidade, conforme a data de publicação.

Podem-se distinguir três premissas implícitas, ou aspectos recorrentes na discussão estrita do patrimônio bibliográfico. Uma delas se refere à legislação e instrumentos jurídicos de proteção voltados ao patrimônio bibliográfico, como apresentado acima. As outras duas estão intimamente relacionadas com a primeira: de que tipo de obra, ou documento, estamos tratando quando se fala de patrimônio bibliográfico; e quais as bibliotecas detêm a responsabilidade de acolher e preservar o patrimônio bibliográfico. De outra forma pode-se dizer que são duas questões técnicas e científicas que podem (e devem) embasar o ato normativo.

O objetivo do patrimônio bibliográfico é bem amplo, pautado por um pensamento aberto e abrangente onde as mais diversas produções humanas podem ser contempladas:

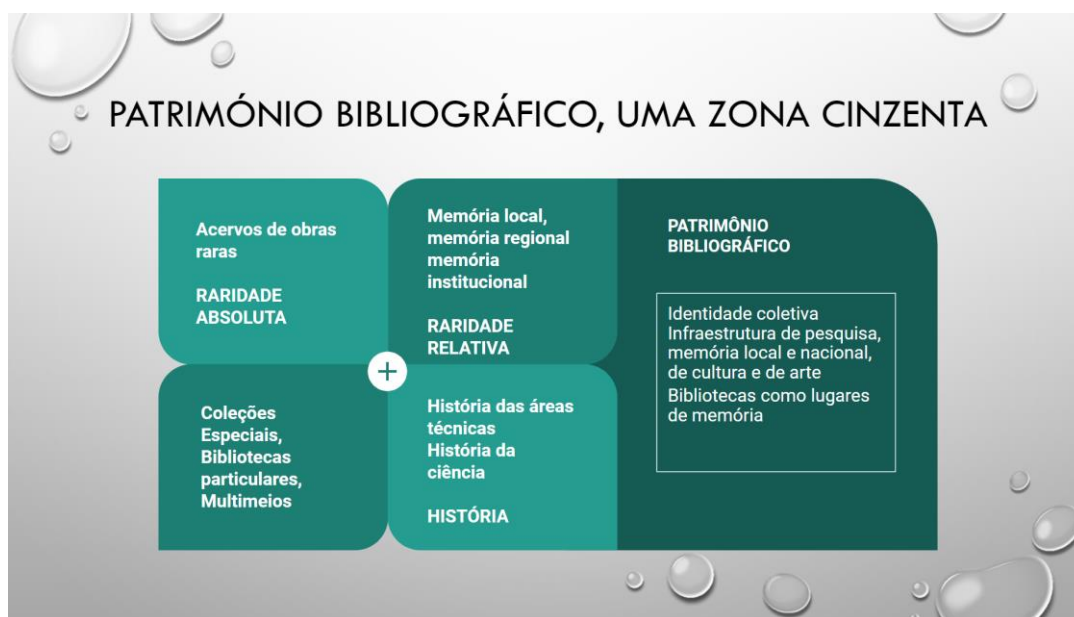
[...] tiene como objetivos, ofrecer un espacio de construcción y reconocimiento de una identidad y diversidad cultural de la comunidad desde su difusión y uso, facilitar la integración del conocimiento histórico y las manifestaciones culturales para contribuir a una sociedad más activa en el reconocimiento de su pasado, y democratizar el acceso al conocimiento a un nivel regional y nacional. En consecuencia, la conservación, organización

y difusión del patrimonio bibliográfico favorece la creación de identidad y participación ciudadana, en la medida que preserva y difunde los conocimientos y los bienes simbólicos de las diversas manifestaciones culturales, tanto individuales como colectivas (JARAMILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428).

3 PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO, ZONA CINZENTA REPLETA DE POSSIBILIDADES

A imagem do patrimônio bibliográfico e documental como uma grande zona cinzenta entre as coleções e acervos de obras raras e os acervos circulante, de consulta e pesquisa foi um esforço de tradução das impressões e experiências advindas da prática profissional. A coloração cinzenta, em diferentes gradações, representa a indefinição, lacunas e incompletude do conceito de patrimônio bibliográfico e documental - neste estudo, mais especificamente o bibliográfico - e incluem coleções que não estão enquadradas nas tipologias convencionais, ou seja, coleções raras, especiais ou do século XIX. Mais do que isso, supõe um universo de suportes, abordagens, aspectos: acervos raros; memória institucional; coleções especiais; multimeios; memória local, raridades regionais; bibliotecas e acervos particulares doados; história das áreas técnicas; história da ciência.

Figura 2 - Patrimônio Bibliográfico, uma zona cinzenta



Fonte: As autoras

3.1 Patrimônio bibliográfico, raridade absoluta e raridade relativa

Afinal, que tipo de documento pode ser considerado patrimônio bibliográfico? A percepção mais comum é a associação de patrimônio a livro raro e antigo, estendendo-se a coleções especiais e material multimídia. Ao limitar o tratamento de patrimônio bibliográfico para livros raros e antigos, é o recorte temporal (data de publicação) que se distancia do tempo presente e confere maior segurança aos seus curadores e custodiadores ao atribuir o caráter de patrimônio a livros e coleções de bibliotecas.

Ao tratar do conceito de raridade, Pinheiro (2003, p. 33) propõe a consideração de: 1) limite histórico, 2) aspectos bibliológicos, 3) valor cultural, 4) pesquisa bibliográfica e 5) características do exemplar. Assim, o limite cronológico-temporal constitui um critério mais seguro e objetivo para atribuição de raridade. E, neste ponto, voltamos à vinculação de noção de raridade com a noção de patrimônio bibliográfico. Em diversas falas em eventos de 2018 e 2019¹, o Prof. André Araújo questionou se patrimônio bibliográfico não seria uma nova denominação para tema já discutido na área, e ainda se a atribuição de caráter patrimonial não estaria restrita ao preenchimento de um *checklist* de requisitos. Esses questionamentos ainda aguardam uma resposta definitiva.

Ainda quanto ao recorte cronológico-temporal, os livros publicados nos séculos XX e XXI requerem a observação de outros critérios para terem configurado seu caráter patrimonial, pois muitos deles já “nascem” raros ou valiosos em virtude de suas características intrínsecas (marcas d’água, tipos móveis, erros de produção, edições numeradas, edições rubricadas), ou ainda por elementos extrínsecos (guarda, etiquetas de livrarias, editoras, etiquetas e anotações de antigas localizações, *ex libris*, *ex dono*, *super libris*, carimbos seco e úmido, dedicatórias manuscritas, entre outros). As marcas de proveniência como elementos extrínsecos são fatores objetivos para esta valoração.

Considerado o recorte temporal como critério objetivo básico - mas não excludente - e observadas as características do exemplar em questão, passemos ao valor cultural da obra. A atribuição desse valor “deve ser abordada a partir da relação entre a História do Livro e a

¹ As palestras foram realizadas em 3 eventos em 2018 e 2019. 1) Palestra "Raridade, documento e patrimônio bibliográfico: aproximações críticas, proferida em 18.05.2018, no Seminário de Preservação e Conservação de Acervo – TOI / ECA / USP 2019. 2) Palestra no I Fórum sobre Coleções Raras e Especiais. Formação e Desenvolvimento de Coleções de Acervos Raros e Especiais em Bibliotecas Universitárias em abril/2018, em Salvador, BA, evento paralelo ao SNBU. 3) Mesa Redonda Sobre o patrimônio histórico-documental e bibliográfico: conceitos e abordagens, em 14.05.2018, no 1º Encontro Paulista de Patrimônio Bibliográfico e Documental, na Faculdade de Direito da USP.

Cultura do Livro, no passado e no presente” (PINHEIRO, 2003, p. 35). É este o limiar: atravessando o limite da claridade dos aspectos objetivos da data de publicação e dos elementos intrínsecos e extrínsecos do exemplar que adentramos a zona cinzenta. As clareiras daqui em diante serão as coleções especiais, bibliotecas particulares doadas e acervo multimídia que trazem na sua origem um sinal de distinção e uma valoração potencial já delineadas.

Em se tratando de patrimônio bibliográfico, não se abrange apenas livros raros, reconhecidos universalmente como raros; nesse caso considera-se uma raridade absoluta, reconhecida em qualquer instituição ou contexto. Gauz (2016) apresenta uma análise histórica e multidisciplinar do livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico, com diversos aspectos sobre a valoração cultural de livros e coleções de bibliotecas e aponta a “quase invisibilidade do tema” nas pesquisas sobre patrimônio no Brasil.

Para trabalhar com os acervos para além do limiar dos aspectos objetivos, os bibliotecários e gestores vêm se dedicando ao estabelecimento de critérios de definição de obras raras em seus acervos. Na literatura são várias as experiências relatadas e que merecem constituir, por si só, objeto de um estudo específico. A Biblioteca Nacional estabeleceu critérios que atendem aos requisitos voltados para a história daquela coleção alertando que não se trata de uma receita ou um molde que pode ser aplicado indistintamente a qualquer biblioteca. Esses critérios servem como uma bússola para nortear e inspirar o estabelecimento de critérios de identificação voltados para cada coleção, para cada biblioteca, para cada instituição.

Para Azevedo (2021) “o peso sobre o que é ou não raro” precisa estar “mais diluído ou que pelo menos houvesse mais discussão em torno do tema” de modo a reconhecer que a raridade é possível além dos bolsões tradicionais. E, complementando, afirma que há “um risco de gerar alguns problemas em processos decisórios em cidades menores ou em acervos pouco volumosos e com recorte cronológico mais contemporâneo, mas nem por isso menos digno de ser preservado”.

A partir da afirmação da necessidade de diluição da noção do que é raro, saímos do estrato da raridade absoluta e avançamos para a raridade relativa, onde a atribuição de raridade é estabelecida em função de uma importância local ou regional, sendo passível de não ter o mesmo valor reconhecido em outros contextos. A valoração cultural pode ser tomada em diversos níveis: âmbito institucional, local, regional, nacional. Assim, o

patrimônio bibliográfico não se restringiria apenas àquele de valor cultural em nível nacional, que reduziria sensivelmente o número de títulos e coleções como patrimônio, além de desconsiderar um potencial número de documentos que traduzem a memória local e regional.

No caso do Brasil, com uma história editorial bem mais jovem que países europeus e mesmo países latinoamericanos, o patrimônio bibliográfico inclui sem sombra de dúvida obras do século XIX. E pelas suas dimensões continentais, o trabalho com o patrimônio bibliográfico em nível regional e local é especialmente relevante. Essa extensão territorial mais a diversidade humana em função das imigrações faz com que tenhamos costumes, folclore e especificidades regionais que justificam o incentivo para identificar, preservar e valorizar as questões locais. Raciocínio que é endossado por Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 431):

Así, el desarrollo de colecciones locales se convierte en una de las principales estrategias para la recuperación, organización, conservación y difusión del patrimonio bibliográfico y además como herramienta para la construcción y reconocimiento de una identidad de la comunidad.

Como afirma Azevedo, poderia ser uma região, abarcar um estado, uma cidade ou um bairro, preservando o patrimônio em diferentes níveis, por estarem representando manifestações culturais de um agrupamento humano, o que por si só confere importância e valor dentro do contexto em que se encontra o acervo.

3.2 Patrimônio Bibliográfico e memória institucional

Também no âmbito da raridade relativa, a memória institucional é expressão do patrimônio bibliográfico através das publicações impressas de uma instituição, como livros, boletins, informativos, jornais, relatórios, publicações multimídia e digitais, em geral de interesse local. O patrimônio bibliográfico no âmbito da memória institucional representa um dos núcleos de atuação mais próximos para bibliotecários e profissionais da informação, um dos primeiros níveis de patrimônio bibliográfico a ser observado e, potencialmente, aqueles com um nível de preservação mais baixo. Primeiramente, pelo fato de se tratar de publicações locais, muitas vezes não há identificação e valoração do material como patrimônio; a proximidade, seja geográfica ou temporal, exige um olhar mais acurado e capacitação de

bibliotecários, gestores e outros profissionais envolvidos para a atribuição de valor. Em segundo lugar, porque requer uma internalização do trabalho de valoração e preservação alinhadas à missão institucional, processo que pode exigir esforço continuado. E, não raro, é espaço de tensões e disputas em virtude da seleção do que se preserva e se constitui como memória, e o que não se preserva. Um movimento crescente de trabalho voltado à memória institucional é observado em diversas instituições, em geral coordenado por arquivistas e historiadores.

As universidades nas últimas décadas passaram a se preocupar em reunir, organizar e disponibilizar sua produção intelectual, seguindo a prática de universidades estrangeiras. As instituições com processos mais avançados já disponibilizam a produção do corpo docente e funcionários técnicos, além da produção dos docentes. Outras estão empenhadas em dar acesso aberto ao conhecimento produzido à sociedade como uma devolutiva dos investimentos públicos. Camargo (2017, p. 166) apresenta o processo que levou à publicação da Carta do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo, e que inclui os acervos bibliográficos:

Os bens culturais universitários incluem, mas não se limitam, a manifestações e referências culturais de estudantes, professores, funcionários da Universidade, bem como da sociedade a ela externa, como festas, lugares, paisagens e celebrações; rotinas, práticas, modos de fazer, de criar e tradições acadêmicas; acervos de natureza arquivística, museológica e bibliográfica; espaços, sítios e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos; lugares de memória e consciência e paisagens.

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça desenvolveu um dos programas mais abrangentes de preservação da memória institucional, regulamentado pela Resolução CNJ nº 324, de 30.06.2020, que instituiu diretrizes e normas de gestão de memória e de gestão documental:

Art. 2º para fins desta resolução, compreendem-se:

I – Gestão documental como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos e processos recebidos e tramitados pelos órgãos do poder judiciário no exercício das suas atividades, inclusive administrativas, independentemente do suporte de registro da informação; e
II – gestão da memória como o conjunto de ações e práticas de preservação, valorização e divulgação da história contida nos documentos, processos, arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, personalidades, objetos e imóveis

do poder judiciário, abarcando iniciativas direcionadas à pesquisa, à conservação, à restauração, à reserva técnica, à comunicação, à ação cultural e educativa.

Além do ato normativo, produziu um Manual de Gestão de Memória que constitui uma ferramenta valiosa aos interessados (CNJ, 2021).

3.3 Patrimônio Bibliográfico e literatura cinzenta

A imagem do patrimônio bibliográfico como zona cinzenta naturalmente provocou a lembrança de outro conceito da área de biblioteconomia e ciência da informação, a literatura cinzenta. Apesar da aproximação advir inicialmente por conta da palavra em comum (cinzenta), conceitualmente e na prática, a literatura cinzenta constitui um tipo de material que pode ser considerado para análise enquanto patrimônio bibliográfico. Na literatura, Moralejo Alvarez (1998, p.228) faz menção à literatura *gris*.

No conceito em dicionários especializados estão discriminados os materiais que compõem a literatura cinzenta (REITZ, 2013; FARIA, PERICÃO, 2008, p. 455). No conceito apresentado por Cunha e Cavalcanti, similar aos citados anteriormente, pode ser observada também uma estreita relação com a memória institucional:

[...] literatura cinzenta - *gray literature, grey literature, semi-published reports, shadow literature, underground literature, unpublished reports*. conjunto de documentos impressos ou multicopiados que não são nem editados, nem difundidos comercialmente. Circulam, geralmente, na administração pública e privada, em congressos, reuniões e centros de pesquisa. Têm como características: a) publicação editada fora dos circuitos comerciais; b) número reduzido de exemplares; c) difusão restrita; documentação oculta, documento não-convencional, literatura não-convencional, literatura semioculta, literatura semipublicada, literatura subterrânea. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 230).

3.4 Patrimônio bibliográfico e instituições de memória

Um dos aspectos que merece discussão em relação ao patrimônio bibliográfico se refere às instituições de memória, aquelas às quais se atribui a tarefa de preservação e valorização. A visão mais comum é que o patrimônio bibliográfico é responsabilidade de tipos específicos de bibliotecas, as bibliotecas patrimoniais e custodiais, que possuem em seus acervos documentos de raridade absoluta ou valoração que ultrapassam os critérios de interesse local ou regional. E, em virtude dessa condição, desenvolvem procedimentos e oferecem serviços diferenciados.

Cabral (2009) discute a influência do contexto institucional na percepção do acervo em bibliotecas custodiais:

O conceito de patrimônio é, nos casos das bibliotecas, crucial e poliédrico. Não é o valor do documento *per se* que se altera; pelo contrário, consoante o contexto institucional que o envolve, o significado sofre oscilações. Porque é que uma biblioteca nacional tem sobre o patrimônio uma percepção diferente daquela que tem outra biblioteca erudita? O que é que muda? Não são os próprios documentos, ou, a sua qualidade e características mas a forma como esses documentos são encarados. Não se trata do objeto em si mas do seu fim e utilização. Da sua representação e leitura (CABRAL, 2009, p. 21).

Já Pedraza Gracia (2014) aborda a mudança da postura dessas bibliotecas, como centros de informação baseados em seus acervos

Este tipo de estudios no era frecuente en las bibliotecas con fondos antiguos, frecuentemente conjugados con los modernos, salvo, quizás, en las que se podrían denominar como biblioteca–museo (como la Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial, la Biblioteca Palafoxiana o la Herzog August Bibliothek de Wolfenbüttel), caracterizadas por haberse convertido en la instantánea de una biblioteca tipo en un momento histórico específico. Estas bibliotecas, que se mantenían paralizadas en el pasado, en momentos recientes han tomado conciencia de ser centros de información que pueden poner en valor sus fondos para la investigación. (PEDRAZA GRACIA, 2014, p. 44).

No Brasil, a Biblioteca Nacional dispõe do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), criado em 1983, cujo principal objetivo está na identificação, coleta, reunião e disseminação de informações digitais e bibliográficas sobre livros raros existentes no país. Pereira e Von Helde (2021) explicam que o *Catálogo do Patrimônio Bibliográfico*

Nacional (CPBN) é a principal ação de gerenciamento do PLANOR e encontra desafios no processo de identificação de instituições curadoras de acervo raro no país: a dimensão territorial, condições socioeconômicas, dificuldades tecnológicas e de comunicação, qualificação profissional, ausência de políticas públicas e ausência de recursos. O CPBN, está em constante crescimento e segue metodologia desenvolvida pelo Plano, com a finalidade de:

[...] reunir, organizar e difundir o patrimônio bibliográfico nacional mais precioso, geridos por instituições públicas e privadas do Brasil. Reúne registros bibliográficos dos séculos XV-XVIII (obras estrangeiras até 1799) e XIX (obras nacionais até 1900) ou de períodos subsequentes, que tenham sua raridade justificada. Atualmente está em fase de reestruturação, inserido no Portal da FBN e abrigado na Rede Memória (Rede da Memória Virtual Brasileira). Através desta nova ferramenta, as instituições cadastradas poderão disponibilizar, além das informações bibliográficas, as imagens digitais de suas obras raras. Isto favorece e amplia o acesso remoto e proporciona a preservação do original, assim como possibilita a salvaguarda da propriedade patrimonial destes acervos em caso de sinistros, extravios ou outras ações que possam colocá-los em risco. (PEREIRA; VON HELDE, 2021)

O CPBN exerce uma função essencial na identificação de acervos raros e das instituições custodiantes. Na sua finalidade, além do recorte temporal, está prevista a inclusão de acervos com “raridade justificada”, o que nos coloca novamente diante da valoração cultural das coleções. E igualmente coloca a responsabilidade compartilhada de identificação dos acervos com as bibliotecas custodiantes de acervos com nível de raridade reconhecida. O mapeamento, valorização e preservação de acervos de raridade absoluta ou de valor cultural nacional é fundamental para a preservação do patrimônio bibliográfico.

Entretanto, para a preservação do patrimônio bibliográfico que expressa a memória nos âmbitos mais restritos - institucional, local, regional - a responsabilidade se estende a toda biblioteca, fora da tipologia patrimonial ou custodial. Bibliotecas públicas e comunitárias, bibliotecas escolares e universitárias, bibliotecas especializadas e empresariais, todas possuem, em algum nível, a função de custodiante de acervos singulares. E o papel de atribuição de valor cultural e de delineamento da singularidade das coleções está nas mãos dos bibliotecários responsáveis e suas equipes técnicas.

Voltando à imagem da zona cinzenta, a maioria das bibliotecas brasileiras encontra-se além do limiar da raridade absoluta, e fora dos bolsões das bibliotecas reconhecidamente patrimoniais ou custodiais. A preservação ou o apagamento de um volume incalculável do

patrimônio bibliográfico brasileiro depende do olhar acurado de seus gestores e de suas equipes. A multiplicação de iniciativas dessa natureza permitirá criar uma rede de instituições com responsabilidade compartilhada de preservação, cada uma tratando do patrimônio que está sob seus cuidados.

3.5 Patrimônio Bibliográfico e organização do conhecimento

A contribuição do mapeamento e identificação do patrimônio bibliográfico, enquanto suporte e expressão de memória, guarda uma relação estreita com a organização do conhecimento.

A organização do conhecimento pode ser compreendida no sentido mais amplo e no mais restrito, de acordo com Hjørland (2008). No sentido amplo, a organização do conhecimento aborda "a divisão social do trabalho mental, ou seja, a organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, a estrutura de disciplinas e profissões, a organização social dos meios de comunicação, a produção e a difusão de 'conhecimento', etc", distinguindo a organização social do conhecimento, bem como a sua organização intelectual ou cognitiva. No sentido restrito, é um campo de estudo que trata da organização de processos de conhecimento (Knowledge Organizing System - KOS), e ainda dos sistemas de organização do conhecimento (Knowledge Organizing Processes - KOP), atividades de estudos de descrição, indexação e classificação realizados por bibliotecários, arquivistas e algoritmos de computador.

Em coletânea de estudos sobre as interfaces da memória no campo da informação, as organizadoras explicam:

A presente coletânea alinha-se, de certa forma, às preocupações da Unesco, porém circunscrevendo-as as ponderações que emergem dos estudos sobre memória em um campo disciplinar (porém, fortemente tributário do diálogo e aportes de outras disciplinas), mas considerando, também, que estudos sobre esse tema são necessários tanto para as disciplinas que priorizam a informação como objeto, como para aquelas cujo foco recai mais especificamente sobre o documento. Todas elas lidam com processos de organização e recuperação da informação, nos quais a memória aparece não só como componente cognitivo, mas também como produto dos processos informacionais, a memória exteriorizada (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017, p. 19).

Pode-se sugerir que o patrimônio bibliográfico, que supõe a identificação e valorização de documentos bibliográficos que expressam algum nível de memória, perpassa pela organização do conhecimento. A memória exteriorizada na massa documental, acervos de livros e bibliotecas são uma expressão da organização do conhecimento nas diversas áreas. Um esforço despretensioso de aproximação desses dois campos foi feito a partir de um recorte de três momentos históricos da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, e uma das mais antigas bibliotecas jurídicas brasileiras:

O primeiro momento engloba a discussão de criação dos cursos jurídicos, a fundação da Primeira Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo e a instalação da Academia de São Paulo na década de 1820. Representa o esforço de construção de uma soberania nacional no âmbito intelectual e político e de formação de quadros de bacharéis para a administração do país, poucos anos após a Declaração da Independência. O primeiro inventário do acervo e a elaboração do primeiro catálogo constituem uma primeira iniciativa de organização do conhecimento jurídico. Passa-se para o segundo momento na década de 1930 com a reconstrução física da Faculdade de Direito e reestruturação da Biblioteca sob influência das mais modernas técnicas biblioteconômicas à época. Destaca-se a catalogação, classificação e indexação de livros e artigos de periódicos em fichas. Insere-se num momento de criação de cursos de Biblioteconomia no Estado de São Paulo, e de construção do estado moderno brasileiro no âmbito político. O último momento refere-se à implementação de novas tecnologias e serviços e iniciativas de controle bibliográfico em nível interno, entre o final da década de 1980 e a década de 1990, com destaque para a implementação de serviços de alerta e disponibilização de bancos de dados na Internet (NAPOLEONE; BEFFA, 2013).

3.6 Patrimônio Bibliográfico e níveis de memória

No trabalho com o patrimônio bibliográfico, é preciso considerar a múltipla função dos livros e das bibliotecas. A função mais evidente dos livros e de coleções de livros - e a mais tratada pelos bibliotecários - é a de fonte de informação e pesquisa, suporte da informação, objeto de tratamento de descrição física e temática. E as bibliotecas têm como sua função mais conhecida a de oferta de recursos de informação através de serviços diversos (circulação, referência, capacitação, espaço de pesquisa). Livros são catalogados, classificados, etiquetados, consultados, emprestados, devolvidos, repostos nas estantes, encadernados, descartados. Coleções de livros são inventariadas e avaliadas, serviços são executados, divulgados, avaliados e contabilizados. E a função de memória, embora sempre latente, nem sempre é objeto de trabalho dos bibliotecários e equipes de biblioteca. Pearson

(2011) destaca a importância deste tipo de trabalho:

Raising awareness of the importance of books beyond their texts is important not only in order to inspire the present generation to look at books in a wider way, but also to encourage the development of a groundwork of cultural values which will guard against the taking of bad decisions in the future. As books become history, let us recognise that is not just history as a synonym for quaint but obsolescent, but may be history in the sense of unique artefacts within the fabric of cultural heritage. (PEARSON, 2011, p. 183).

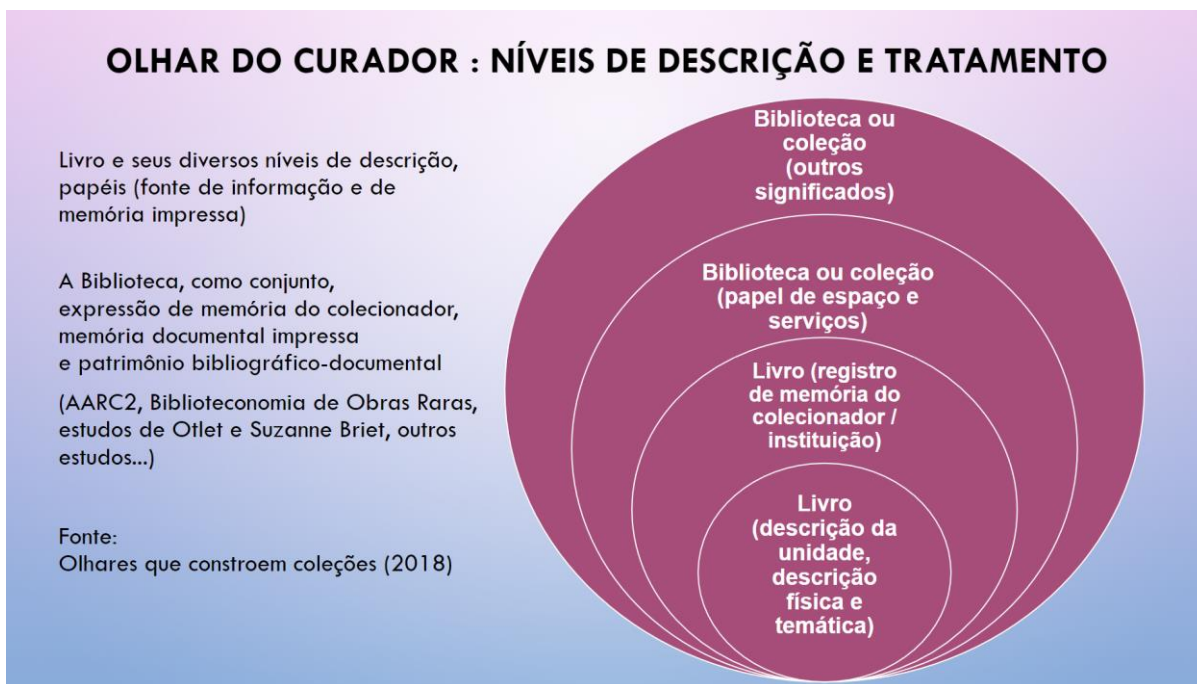
No mesmo sentido, pode-se considerar diferentes níveis de memória em relação ao patrimônio bibliográfico. Esquemáticamente pode-se distinguir a memória local, institucional, regional, nacional e mundial/internacional. Todas com sua parcela de importância, uma vez que as manifestações culturais estão ali representadas, em cada um desses níveis. A memória local, por exemplo, aquela que guarda a literatura de cordel, que conta a história e os costumes de um agrupamento, é patrimônio bibliográfico e está no mesmo nível das demais? A tentação de hierarquizar a importância das expressões de memória em virtude de nível mais circunscrito é uma dificuldade a ser enfrentada pois compromete e inviabiliza a adequada valoração do item ou da coleção. A literatura de cordel é um exemplo de riquíssimo patrimônio que vem ganhando destaque e estudos e reforçando a importância de sua preservação. Deste modo, pensar a especificidade de cada item, de cada coleção, pensar o papel de cada biblioteca na identificação dos patrimônios sob sua responsabilidade, conferindo a todos os níveis de memória o mesmo grau de relevância, é colaborar coletivamente para a preservação do patrimônio bibliográfico.

A **Figura 3** traz um esquema de níveis de tratamento e descrição para evidenciar aqueles que devem receber atenção diferenciada para registro de memória e de caracterização do patrimônio bibliográfico. O olhar do curador ou gestor da coleção deve reconhecer todos os níveis existentes. A sensibilidade e a formação do curador ou gestor da coleção é imprescindível para o reconhecimento da singularidade de itens, de segmentos e do conjunto da coleção, particularizando e diferenciando, conseqüentemente criando novas possibilidades de pesquisa, e servindo como fonte diferenciada para sua comunidade.

- No nível de tratamento do livro (item - suporte e fonte de informação), enfocando sua descrição física e temática como unidade, é tradicionalmente o objeto de trabalho das

bibliotecas, como suporte e fonte de informação. O registro de dados mínimos diferenciais da obra, enriquecendo a descrição física, permite produzir pistas que vão economizar tempo para o pesquisador. A descrição mais elaborada vai evidenciar e particularizar a coleção e dará oportunidade de conhecimento e divulgação do acervo.

Figura 3 - Níveis de descrição e tratamento de livros e bibliotecas



Fonte: COSTA; NAPOLEONE, 2018.

- Já o nível de tratamento do Livro (item - registro de memória) é o ponto de partida para diferenciá-lo e oferecer novos elementos para acesso e pesquisa. A identificação, análise e registro de marcas de proveniência bibliográfica são um poderoso recurso para a descrição da memória registrada em cada livro. O conhecimento da história da instituição e das personalidades influentes, da história da biblioteca e seus personagens, bem como da área de conhecimento, a origem do item, as doações de bibliotecas particulares recebidas, a pesquisa bibliográfica do item, o conhecimento da história e economia do livro são todos elementos intervenientes na análise e descrição dos itens. Esse trabalho diferenciado pode ser dedicado a segmentos do acervo que sejam considerados potencialmente mais ricos para a memória, como por exemplo as publicações institucionais e a produção intelectual e literária da equipe.

- O nível de tratamento da Biblioteca ou coleção, em relação ao desempenho do seu papel de espaço de estudo e pesquisas e oferta de serviços, também é aquele tradicionalmente focado pelas bibliotecas e suas equipes. O potencial de ser mais que um espaço de oferta de serviços, de caráter utilitário, está sempre disponível com a valorização dos aspectos de memória, um local de memória que preserva a identidade de uma coletividade.
- Finalmente, o nível de tratamento da Biblioteca ou coleção para criação de outros significados, é sempre possível a partir da valorização dos aspectos de memória. No caso de acervos particulares recebidos, a coleção de livros é a “fotografia” de quem construiu a coleção. Pela observação e análise dos títulos, dos assuntos, do idioma é possível traçar um perfil do viés preferido do doador. Entretanto, se os elementos da sua formação, de conteúdo, forem tratados de forma simplista, a coleção permanece no anonimato. A sistematização dessas informações para representar a coleção em registros bibliográficos e em outras formas de acesso, como publicações e exposições, faz a diferença na recuperação da informação, é um descortinar além do conteúdo que o doador deixou registrado. Quanto mais conhecimento se têm sobre o acervo, suas marcas, sua história, mais evidenciada fica sua identidade.

Considerando o nível de memória dos acervos, pode-se pensar na educação patrimonial a partir desses mesmos acervos, permitindo ressaltar o valor de uma coleção, como resultado da cultura de um povo. Segundo Pedraza Gracia (2014, p. 12), “cuando se analiza desde una perspectiva social el patrimonio bibliográfico es propiedad del pueblo que lo creó o reunió y el ciudadano tiene el derecho a acceder a él”.

Os níveis de memória podem ficar explícitos conforme o tratamento recebido pelo livro ou pela coleção por meio da descrição documental. Uma descrição muito simplificada não permite, por meio de um resultado de busca pelos bancos de dados, selecionar referências significativas. Nas bibliotecas que adotam a inclusão de informações de características do exemplar e particularidades no processo descritivo do livro, além da descrição pormenorizada dos itens, multiplicam os pontos de acesso para a pesquisa e elevam o nível de segurança para a obra.

4 UM EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO DE MARCAS DE PROVENIÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Para construir a identidade de uma coleção, ou acervo, destacando suas características singulares é preciso situá-la no contexto histórico, político, cultural, e ter em mente a finalidade de sua criação. A contextualização requer um estudo, primeiramente sobre a história e origem da coleção. Documentos administrativos dão pistas importantes sobre a formação da coleção e outra fonte primária riquíssima são as marcas deixadas nas páginas de um exemplar.

A breve comparação de duas bibliotecas em relação ao seu contexto, acervo e marcas de proveniência é o exercício que se propõe a seguir.

4.1 Marcas de proveniência na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

A Biblioteca da Faculdade de Direito da USP (FDUSP), que inicialmente foi criada como uma biblioteca pública, em 1825, com acervo proveniente de coleções religiosas, pode ser considerada um exemplo clássico e com abundantes exemplos que ilustram o tema discutido neste trabalho.

Como sua coleção atualmente reúne muitos acervos de diferentes segmentos da sociedade tem como característica elementos de patrimônio bibliográfico de maneira indiscutível.

Através da leitura de obras de memorialistas da Faculdade de Direito, tais como: Almeida Nogueira e Spencer Vampré, entre tantos outros, é possível assimilar a dimensão dos personagens que viveram, como docente, aluno ou apoiador, a construção de uma história que está próxima do seu bicentenário.

Tomando a coleção como objeto de estudo depara-se com inúmeras descobertas que a distinguem de um mero acervo antigo.

Partindo das marcas nos exemplares que compuseram o início oficial de criação da primeira biblioteca pública encontra-se uma notação, na margem superior, sempre com uma caligrafia muito semelhante, senão a mesma, indicando que o exemplar pertence ao fundo bibliográfico da biblioteca pública. Normalmente tratam de obras religiosas, mas há exceções que surpreendem. Como exemplares de cunho iluministas.

Os tão apreciados *ex-libris* aparecem em abundância. A origem dos proprietários é de colecionadores nacionais, mas também originários de outros países como França e Alemanha. Há exemplar de *ex-libris* que merece um estudo pela representação, como por exemplo, um que é a figura de um diabinho. Seria o diabo na biblioteca dos frades?

Mas as marcas são muitas, tais como carimbo de doação, quando o doador mandou confeccionar um carimbo para marcar a doação à Biblioteca. Outro tipo de carimbo é com a indicação de que a família oferece o exemplar à Faculdade em homenagem a um familiar que certamente estudou na Escola. Alguns carimbos são ornamentados com desenhos nos cantos e bordas mais elaboradas.

As etiquetas de livrarias, de sebos e encadernadores estão presentes com grande frequência, algumas de outras regiões do país, como: Maranhão e Rio de Janeiro. Outra marca são as anotações, comentários e atualizações feitas manualmente na obra. Na catalogação, a Biblioteca tem procurado distinguir o tipo de anotação, por exemplo se é correção tipográfica, correção gramatical ou comentário.

A Biblioteca ao longo dos tempos manteve marcas administrativas, algumas mais completas, com vários campos para o preenchimento de dados. Essas marcas são carimbos úmidos, alguns em tamanho grande e outros pequenos, escrito “classificação” e uma linha para anotar o número de classificação da obra. É possível fazer uma relação de carimbos em vários momentos administrativos da Biblioteca e da Faculdade, quando era a Faculdade de Direito de São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Algumas marcas desapareceram, com o decorrer do tempo, como é o caso do *ex-libris*. Atualmente, quando a biblioteca recebe uma doação, a mesma não contém um *ex-libris*; pela observação, aparentemente é uma marca que está em desuso. A marca mais presente, quando existe, é um carimbo com o nome do doador, ou da família que está oferecendo à Faculdade. A Biblioteca da Faculdade adotou um *ex-libris*, em algum momento da sua história. Não foi encontrado registro da sua criação, nem em que momento começou a prática de seu uso; o *ex-libris* é colocado na contracapa do livro, em todos os exemplares, e esta tradição continua viva no cotidiano dos serviços de processamento técnico.

O *ex-libris* manuscrito, que vem de tempos longínquos, pode ser encontrado em livros do século 16, e ainda estão presentes nos exemplares de edições novas.

4.2 Marcas de proveniência na Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

A Biblioteca do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF3) foi criada a partir da instalação do Tribunal, em maio de 1989. O TRF3 foi criado pela Constituição Federal de 1988, com a finalidade substituir e regionalizar a jurisdição do extinto Tribunal Federal de Recursos, ampliando e facilitando o acesso do cidadão à Justiça, e tornando a prestação jurisdicional mais célere.

Na criação da Biblioteca está a figura do Prof. Nelson Ferreira de Carvalho, professor de Filosofia da Faculdade de Direito da USP. Foi o primeiro diretor da Biblioteca do TRF3, indicado para o cargo pelo Desembargador Federal João Grandino Rodas, Diretor do Gabinete da Revista à época. A visão humanista e com viés acadêmico da coleção nuclear do acervo pode ser delineada através dos catálogos publicados, da base de dados disponível e da análise de material consultado em pesquisas e em itens do acervo.

As marcas de proveniência localizadas são mais discretas e menos profusas do que em bibliotecas mais antigas, com acervo raro ou proveniente de doação de biblioteca particular de uma personalidade. Ainda assim, essas marcas têm o potencial de revelar histórias desconhecidas sobre a trajetória institucional, as personalidades representadas, o mercado editorial da época, o contexto histórico e social na sua formação. As marcas identificadas permitiram de pronto aprofundar o conhecimento do acervo

4.3 Um esboço comparativo das marcas de proveniência

O **quadro 1** abaixo reúne algumas informações das duas bibliotecas de forma a caracterizá-las e traçar um contexto básico para a análise das marcas de proveniência identificadas até o momento.

Quadro 1 - Um exercício comparativo de marcas de proveniência bibliográfica de duas bibliotecas jurídicas

Biblioteca	Biblioteca da FDUSP	Biblioteca TRF3
Tipo de instituição	Instituição pública esfera federal - ensino superior	Instituição pública esfera federal - tribunal federal
Instituição	Academia de São Paulo, marco da criação do ensino jurídico nacional em 1927	Tribunal Regional Federal da 3ª Região criado em cumprimento ao disposto na nova Constituição Federal de 1988
Finalidade da instituição	Formação de políticos, acadêmicos e profissionais da área jurídica nacional	Prestação jurisdicional tendo a União Federal, suas instituições e empresas como uma das partes, com o maior volume processual nacional
Tipo de biblioteca	Biblioteca universitária, área jurídica	Biblioteca especializada, área jurídica
Data de fundação	1825 (quase 2 séculos)	1989 (30 anos)
Finalidade da Biblioteca	Criada com finalidade específica - biblioteca criada em 1825 como biblioteca pública com vistas à instalação do curso jurídico em São Paulo	Criada com finalidade específica - biblioteca para dar suporte às atividades do Tribunal
Volume do acervo	500 mil itens	43 mil itens
Caráter patrimonial	Biblioteca e acervo caráter patrimonial consolidado, tombada pelo Condephaat	Caráter patrimonial em estudo, considerando a Resolução CNJ nº 324/2020
Coleção formadora	Coleções formadoras do acervo original (1825) foram coleções particulares de autoridades religiosas e que remontam ao século 18	Coleção formadora adquirida por compra no início da década de 1990 a partir de seleção organizada por docente da área de Filosofia do Direito, da Faculdade de Direito da USP
Marcas intrínsecas identificadas em exemplares	Exemplares numerados, com frontispício, rubricados	Exemplares numerados
Marcas extrínsecas identificadas em	<i>Ex-Libris</i> impresso, <i>Ex-libris</i> manuscrito, <i>Super libris</i> , etiquetas, carimbo com nome do proprietário, carimbo de doação,	Dedicatórias para a biblioteca ou para antigos donos autógrafos do autor

exemplares	carimbo de incorporação, encadernação, anotações, comentários, correção tipográfica, correção ortográfica,	<i>ex libris</i> manuscrito (autógrafo dos antigos donos), carimbo da biblioteca com anotações da origem da obra etiquetas de livrarias, encadernadores carimbo de antigos donos (pessoas ou instituições), anotações de antigos donos nas obras
Exemplo de item considerado patrimônio bibliográfico e principais aspectos considerados	<p>Waldemar Ferreira História do direito brasileiro, 1951</p> <ul style="list-style-type: none"> - personalidade na política e no direito brasileiro - professor e diretor da Faculdade de Direito - valor da obra como fonte de informação - valor da obra como registro de memória <ul style="list-style-type: none"> - obra devido à autoria - obra pela importância na doutrina jurídica - singularidade pelas marcas de proveniência 	<p>Vladimir Passos de Freitas História da Justiça Federal, 2003</p> <ul style="list-style-type: none"> - personalidade na direito brasileiro no âmbito da Justiça Federal - valor da obra como fonte de informação - valor da obra como registro de memória <ul style="list-style-type: none"> - devido ao tema - devido à autoria - devido à dedicatória - devido à importância para bibliografia sobre a Justiça Federal

Fonte: As autoras

São duas instituições e duas bibliotecas de vocação jurídica, com histórias destacadas na sua área de atuação, e personagens representativos no cenário nacional. Cada instituição e sua biblioteca tem missão completamente distinta, e o tempo de vida de cada uma é bastante diferente, com implicações muito marcantes para seus acervos, principalmente o volume de acervo, e diversidade de tipos de marcas de proveniência identificadas nas obras.

Quanto às coleções formadoras, a Biblioteca da FDUSP conta com coleções com caráter de raridade absoluta, enriquecida com uma profusão de doações de coleções de juristas, que trazem muitos elementos para sua valoração. A Biblioteca do TRF3 tem sua coleção formadora constituída de um acervo adquirido por compra, cujo valor patrimonial requer mais estudo e levantamento de elementos para a adequada valoração.

Especificamente em relação às marcas de proveniência, a Biblioteca do TRF3 registrou uma menor variedade de marcas, coerente com sua formação, o pouco tempo de existência e as características do mercado editorial e hábitos de leitura mais recentes. Pearson traz uma consideração neste sentido “Nineteenth- and twentieth-century books display less

variety resulting from their production techniques, but are equally susceptible to being marked or written in by their owners.” (PEARSON, 2011, p. 23).

Já quanto ao exemplo de item nas duas bibliotecas, foram propositadamente selecionados livros dos séculos XX e XXI, considerados patrimônio bibliográfico. Nos dois casos, o valor enquanto fonte de informação e o valor de memória podem ser evidenciados. No tocante ao valor cultural, à primeira vista, os exemplos têm alcances distintos. Tanto a obra Waldemar Ferreira quanto a de Vladimir Passos de Freitas não pertencem ao estrato da raridade absoluta, mas há diversos elementos que apontam sua relevância e a importância da preservação dentro dos acervos em que se encontram.

O valor atribuído a uma obra dependerá muito do seu contexto, da aderência e ressonância da obra junto à coleção ou à instituição de que faz parte. Trata-se de situação muito comum no tocante ao patrimônio local e à memória institucional. Para determinada instituição, pode ter um significado salutar, contribuindo com uma distinção àquele acervo, em outro cenário porém sua importância pode ser relativizada. De acordo com Pedraza Gracia (2014):

[...] el libro como objeto de estudio no puede ser tratado como una pieza aislada sino que más bien requiere el conocimiento del contexto, de la colección en la que estuvo integrado. Esta particularidad es inherente a los elementos que constituyen el patrimonio cultural cuyo estudio precisa, para su perfecta comprensión, el conocimiento del entorno para el que se concibieron, se seleccionaron o en el que alcanzaron su utilidad.

Da mesma forma, alguns exemplares ou títulos são indiscutivelmente valorizados num contexto regional, ou nacional. No contexto regional pode-se mencionar a Mineiriana², e no contexto nacional a coleção Brasileira, Biblioteca Histórica Brasileira e Documentos Brasileiros. No caso da Mineiriana, a coleção tem alta aderência e ressonância para o Estado de Minas Gerais, com valor cultural diferenciado naquele contexto geográfico, e que a distingue. Os demais exemplos, algumas coleções valiosas sobre o Brasil, têm importância em qualquer lugar do país.

Toda biblioteca pode ser vista como sítio arqueológico em primeiro lugar para a própria equipe, da mesma forma que para pesquisadores. O acervo é, em si mesmo, um objeto de pesquisa que requer estudos diversos para evidenciar, demonstrar, esclarecer os gostos, a

² Cf. Coleção Mineiriana <http://novosite.fjp.mg.gov.br/colecao-mineiriana/>

ideologia, os questionamentos, a formação dos possuidores, o comércio e a economia do livro de diferentes épocas, e ainda da história da biblioteca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patrimônio bibliográfico é um tema complexo, “poliédrico”, de múltiplos níveis, que exige dos bibliotecários e equipes de bibliotecas um trabalho acurado, paciente e continuado. Como mencionado na introdução, não há a pretensão de esgotar o assunto mas de traçar um roteiro, um itinerário possível. A Figura 5 é um convite a todos os profissionais e pesquisadores para enriquecer, completar, reescrever os roteiros do patrimônio em seus acervos e os caminhos da memória em suas instituições. A ausência de uma conceituação definitiva, ao contrário de fragilizar o entendimento, deve ser o estímulo para sua construção coletiva, que abarque a pluralidade das suas manifestações num país de dimensões continentais.

Figura 5 - Patrimônio Bibliográfico, um roteiro possível



Fonte: As autoras (2020).

Estudar ou trabalhar com patrimônio bibliográfico requer a percepção da existência de vários níveis de memória nos itens de acervo, ou em segmentos e coleções, ou na biblioteca, mais e menos visíveis, concentrados e diluídos. E mais, na interação entre os níveis de memória e os outros suportes e manifestações de patrimônio na instituição.

O patrimônio requer o tratamento e descrição do acervo, atentando para elementos intrínsecos e extrínsecos, abrangendo as particularidades do suporte impresso, distinguindo as diferenças, evidenciando as características que compõem seu valor cultural.

A tarefa é de todas e de cada biblioteca, identificando, descrevendo e tratando o patrimônio, nos seus diversos níveis de memória, sob seus cuidados. O apagamento e a perda de acervo e de memória também está nas mãos do coletivo profissional de bibliotecas e bibliotecários. A atuação é individual e ao mesmo tempo coletiva, articulada com a imprescindível tarefa das bibliotecas patrimoniais e custodiais pela falta de conhecimento

A somatória dos trabalhos permite a construção de uma infraestrutura de pesquisa, ciência, cultura e arte, como o trabalho do PLANOR e do *Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional*.

A educação patrimonial é consequência natural e necessária das instituições e profissionais que realizam a descrição e tratamento de memória e seus acervos, e precisa ser uma atuação conjunta e coordenada com arquivos e museus, centros de documentação e de memória.

Os níveis de preservação também são múltiplos: da preservação e conservação preventiva às ações de restauro e digitalização de preservação, dos programas de educação patrimonial, às exposições, eventos e programas de estudos.

O cenário pandêmico, de março de 2020 até o momento, trouxe resgatou a importância de estudos e das ações de conservação e preservação de acervos documentais impressos, em virtude dos acervos ficarem fechados por longo período, e de acervos e documentos digitais e nato-digitais, devido ao aumento de produção e da demanda. A volumosa produção de eventos virtuais na área de memória, patrimônio, preservação e informação levou ao aprofundamento de reflexões e à divulgação das iniciativas, pesquisas e projetos. Por outro lado, despertou o questionamento da razão de existir das instituições e acervos, pressionados pela tendência de redução de espaços de trabalho e de despesas em muitas instituições públicas e privadas e pela consolidação do teletrabalho.

O mundo pós-pandemia já se apresenta, eivado de dúvidas e incertezas, com a reabertura das instituições e retomada de atividades. Nas experiências de reabertura, a avidez pelo uso de espaços e experiências culturais em alguns países sinalizam o caráter promissor do trabalho com acervos de memória e patrimônio. Nesse novo momento, uma nova configuração se impõe no trabalho, em virtude do teletrabalho, nos serviços, devido à

virtualização implementada pela pandemia, e na convivência continuada com protocolos sanitários.

Convidamos Pearson para as palavras finais dessa reflexão:

The coming changes will affect not only the ways in which we transmit and read the kind of information which is traditionally contained in books, but also our whole framework of values around them. They will affect our relationships with books individually and, and collectively in libraries. There will be choices to be made over the preservation of our existing printed heritage: what is worth saving; and why, if texts are readily available in other ways? What is it about a book that makes it worth cataloguing and storing, or makes it worth adding to a private or institutional collection? (PEARSON, 2011, p. 175).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Perspectivas e apontamentos sobre patrimônio bibliográfico e documental. In: LOSE, Alícia et al. (Org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2021. Disponível em:

https://www.academia.edu/45073119/Perspectiva_e_apontamentos_sobre_Patrim%C3%B4nio_Bibliogr%C3%A1fico_e_Documental. Acesso em: 16 mar. 2021.

BEFFA, Maria Lucia et al. Libraries and books as cultural goods. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (QQML)*, Athina, n.5, p.855-862, Dec. 2016. Disponível em:

http://www.qqml.net/papers/December_2016_Issue/5410QQML_Journal_2016_Beffaetal_855-862.pdf. Acesso em: 29 mar. 2017.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Patrimonio bibliográfico: reflexiones de las recomendaciones y programas de la UNESCO y de la IFLA. In: JORNADA EL PATRIMONIO BIBLIOGRAFICO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DESAFIOS Y PERSPECTIVAS, Buenos Aires, 2017. *Actas...* Buenos Aires, 2017. Disponível em:

<https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/Patrimonio%20bibliografico%20beffa%20y%20napoleone.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Patrimônio bibliográfico e documental: o papel das bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20, 2018, Salvador. *Anais...* Salvador: EDUFBA, 2018. v. 2, p. 541-553. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27708/5/Anais_SNBU_V2_REPOSITORIO.pdf
Acesso em: 01 maio. 2021.

CABRAL, Maria Luísa. Memória, patrimônio e identidade: responsabilidade das bibliotecas. *Páginas A&B: arquivos e biblioteca*, n. 3, se. 2, p.7-27, 2009.

CAMARGO, Mônica Junqueira. Carta patrimonial da USP: por que? *Revista CPC*, São Paulo, n.24, p.162-169, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/142034/137376>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CHAGAS, Mario de Souza. *Museus judiciários: reflexões sobre cidadania, virtualização e desafios*. Palestra apresentada ao Núcleo de História e Memória da Escola Paulista de Magistratura, do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 07.05.2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yofttYBvicg&list=PLOGprPZShZ1rKCzCdx_8bwnv3H_INHOJx&index=7. Acesso em: 26 maio 2021.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em : https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/manual_de_gestao_de_memoria.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

COSTA, Ivani Di Grazia; NAPOLEONE, Luciana Maria. *Olhares que constroem coleções: reflexões sobre algumas bibliotecas particulares paulistas*. [São Paulo], 2018. Apresentação Power Point em formato pdf, 92 slides. Documento preparado e apresentado em palestra do GIDJ/SP na Câmara Municipal de São Paulo, em 28 jul. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34113/3/LIVRO_DicionarioBiblioteconomiaArquivologia.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EdUSP, 2008.

GAUS, Valéria. O livro raro como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 4, n.8, 71-87, dez. 2015. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/28746/>. Acesso em: 28 maio 2021.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p.86-101, 2008.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, Barcelona, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ag. 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MORALEJO ÁLVAREZ, Maria Remedios. El patrimonio bibliográfico de las universidades españolas. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, v. 48, n. 2, p. 227-260, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=51115>. Acesso em: 29 mar. 2017.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. Organização do conhecimento jurídico brasileiro: um caso de historiografia biblioteconômica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICAS, 4. 2013, Florianópolis, SC. *Anais eletrônicos...*, v. 25, p. 5362-5384, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/390/390>. Acesso em: 27 maio 2021.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). *Memória: interfaces no campo da informação*. Brasília: Ed. UnB, 2017.

PEARSON, David. *Books as history: the importance of books beyond their texts*. rev. ed. London: British Library, New Castle: Oak Knoll Press, 2011.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología, Información, México*, v.28, n.64, p.33-50, sept./dic. 2014. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57795/51577>. Acesso em: 29 mar. 2017.

PEREIRA; Sílvia Fernandes; VON HELDE, Rosângela Rocha. O Catálogo Do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN): instrumento de identificação, preservação e disseminação do patrimônio bibliográfico nacional. In: ENCONTRO PAULISTA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO-DOCUMENTAL, 1, 2019, SÃO PAULO. *Anais...* São Paulo: ARQ-SP, 2021. No prelo.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de (Org.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. p. 31-44. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 03 jul. 2012.

REITZ, Joan M. *ODLIS – Online Dictionary for Library and Information Science*. 2013. Disponível em: http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_about.aspx Acesso em: 16 mar. 2021.

SANTOS, Renata Ferreira; REIS, Alcenir Alves. O patrimônio bibliográfico no Brasil. *Investig. bibl.*, Ciudad de México, v.32 ,n.75, abr./jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2018000200223&lang=pt#B29. Acesso em: 01 jun 2021

Legislação

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução CNJ nº 324 de 30/06/2020*. Institui diretrizes e normas de gestão de memória e de gestão documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ESPANHA. Leis, etc. *Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/1985/BOE-A-1985-12534-consolidado.pdf> . Acesso em: 29 maio 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *Recomendación de la UNESCO relativa a la preservación del patrimonio documental, comprendido el patrimonio digital, y el acceso al mismo, 17 de noviembre de 2015*. Disponível em: http://portal.UNESCO.org/es/ev.php-URL_ID=49358&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 29 mar. 2021.

PORTUGAL. Leis, etc. *Lei nº 107, de 8 de setembro de 2001*. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/629790>. Acesso em: 30 maio 2021.